



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXX — Nº 125

QUARTA-FEIRA, 22 DE OUTUBRO DE 1975

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

(*) PARECERES Nºs 101-CN a 119-CN
Da Comissão Mista do Congresso Nacional

Incumbida do estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 10, de 1975-CN, que "estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1976", na parte referente aos seguintes subanexos:

PODER LEGISLATIVO:

— Câmara dos Deputados, Senado Federal e Tribunal de Contas da União.

PODER EXECUTIVO:

— Presidência da República; Ministério da Agricultura; Ministério das Comunicações; Ministério do Exército; Ministério da Fazenda; Ministério do Interior, nas seguintes partes: Parte Geral, SUDAM, SUDESUL, SUFRAMA e FUNAI; Ministério da Justiça; Ministério da Marinha; Ministério das Minas e Energia; Ministério da Previdência e Assistência Social; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Saúde; Ministério do Trabalho; Ministério dos Transportes, nas seguintes partes: Parte Geral e DNER; Fundo Nacional de Desenvolvimento; e Transferências a cargo dos Estados, Distrito Federal e Municípios, e, Reserva de Contingência.

(*) Serão publicados em Suplemento à presente edição.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 165ª SESSÃO CONJUNTA, EM 21 DE OUTUBRO DE 1975

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Comentário do *Jornal do Brasil*, edição de ontem, sob o título "Enigma da Soja".

DEPUTADO OCTACÍLIO ALMEIDA — Conclusão da estrada que liga Paulo de Farias-SP à BR-153.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Ausência de cursos superiores na cidade de Três Rios-RJ.

DEPUTADO FLORIM COUTINHO — Exclusão da incorporação da gratificação de direção e cargos de confiança de funcionários do Estado do Rio de Janeiro.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei nº 13, de 1975-CN, que cria o Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, e dá outras providências. **Aprovado** sem emenda, após usarem da palavra no encaminhamento de sua votação os Srs. Congressistas Peixoto Filho e Airon Rios. À sanção.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER
Diretor da Divisão Industrial

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00
Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00
Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

1.4 — ENCERRAMENTO.

2 — ATA DA 166ª SESSÃO CONJUNTA, EM 21 DE OUTUBRO DE 1975

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Considerações a respeito do livro *Manifesto*, de autoria do Padre Lebre.

DEPUTADO ERASMO MARTINS PEDRO — Instalação, pela Kelson's, de uma fábrica de seda sintética no Rio de Janeiro.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Iniciativa da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Econômicas — FACCE, de Teresópolis, em criar o Instituto de Gerência e Administração do Estado do Rio de Janeiro.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Jubileu de prata da Faculdade de Serviço Social de Campinas.

DEPUTADO FLORIM COUTINHO — Poluição causada à água pelas substâncias químicas dos detergentes.

DEPUTADO ALCIDES FRANCISCATO — Atividades do MOBRAL.

DEPUTADO JOEL FERREIRA — Apelo ao Presidente da República no sentido da concessão de aumento dos vencimentos dos Servidores Públicos.

DEPUTADO JÚLIO VIVEIROS — Homenagem à classe médica no transcurso do "Dia do Médico".

SENADOR LUIZ VIANA — Aniversário de fundação do jornal *A Tarde*, da Bahia.

DEPUTADO ARI KFFURI — Conjugação de esforços em prol de uma redução do número de acidentes do trânsito.

DEPUTADO LEÓNIDAS SAMPAIO — Revisão do valor percentual dedutível da renda tributável para os odontologistas.

DEPUTADO ANTUNES DE OLIVEIRA — Inauguração da agência telegráfica e do posto telefônico em Atalaia do Norte-AM. Afirmarções do prof. Marcelo Damy a respeito da posição e da política adotada pelo Brasil no desenvolvimento da energia atômica.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, dia 22, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei nº 15, de 1975-CN, que dispõe sobre o Sistema Nacional dos Transportes Urbanos, autoriza a criação da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, e dá outras providências.

2.3.1 — Questão de ordem

DEPUTADO LAERTE VIEIRA — Erros materiais no avulso do projeto e no parecer da Comissão Mista incumbida de seu estudo, que ao ver de S. Exª impedem a apreciação da matéria nesta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE — Acoplimento da questão de ordem na parte referente aos erros ocorridos no avulso do projeto, retirando a matéria da pauta para que esta retorne à Comissão Mista para exame dos aspectos suscitados na questão de ordem formulada.

2.4 — ENCERRAMENTO.

SUMÁRIO DA ATA DA 156ª SESSÃO CONJUNTA REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 1975

RETIFICAÇÃO

Na publicação feita no DCN de 15-10-75, página 2848, 1ª coluna, no item I do Sumário,

Onde se lê:

SESSÃO SOLENE DESTINADA A RECEPCIONAR
SUA EXCELENCIA O SENHOR ALBERTO-BERNARD
BONGO, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO GABÃO.

Leia-se:

SESSÃO SOLENE DESTINADA A RECEPCIONAR
SUA EXCELENCIA O SENHOR ALBERT-BERNARD BON-
GO, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO GABÃO.

ATA DA 165ª SESSÃO CONJUNTA, EM 21 DE OUTUBRO DE 1975

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. WILSON GONÇALVES

Às 11 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guimard — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Jessé Freire — Domício Gondim — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Gilvan Rocha — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Benjamim Farah — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Moraes — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Faes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Ney Lopes — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraná

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murillo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Oduílo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darclio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanuel Waissmann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Sally — ARENA; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA;

Lysâneas Maciel — MDB; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonsêca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira da Gama — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A. H. Cunha Bueno — ARENA; Aírton Sandoval — MDB; Aírton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blotta Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novae — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; Pedro Carolo — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João — Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Marcelo Gato — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Ademar Santilo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Hélio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Henrique Fanstone — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ari Kiffuri — ARENA; Braga

Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Lósso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Valmor de Luca — MDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nadyr Rossetti — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — As listas de presença acusam o comparecimento de 50 Srs. Senadores e 349 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, sob o título "Enigma da Soja", o *Jornal do Brasil*, em sua edição de ontem, publicou notável e interessante comentário. Tratando-se de matéria que tanto interessa ao País, vou lê-lo para figurar nos Anais da Casa. É o seguinte:

"Enigma da Soja"

Tudo indica que a soja ocupará o primeiro lugar na pauta de nossas exportações deste ano, batendo o açúcar e o café. O perfil econômico de soja evoluiu sensivelmente nos últimos anos. Este ano iremos exportar dois terços da produção e consumir um terço, ao passo que, na safra 71/72, o perfil era de um terço exportado e dois terços consumidos internamente. Na citada safra, o perfil brasileiro era idêntico ao perfil da soja dos Estados Unidos, isto é, o consumo interno superava a exportação.

Convém frisar que o perfil americano deveria ser o seguido pelo nosso modelo. Sem prejuízo do aumento sempre desejável de exportações, na proporção disponível de nossos corredores de saída, o melhor perfil ~~de~~ de sustentar o cresci-

mento da produção através de aumento do consumo interno, para manter a distribuição percentual típica americana. Ou seja, o crescimento da produção interna depender relativamente menos do mercado externo. Do ponto de vista do produtor, a dependência relativamente maior do mercado interno oferece maior coeficiente de segurança. Nada substitui a longo prazo a expansão do mercado interno, e este constitui o segredo da força dos Estados Unidos, País que nos aparece aos olhos como modelo em tantos sentidos.

Do ponto de vista da exportação, o crescimento deve ser encarado inclusive pelo ângulo político, sendo a soja produto protético de alta valia em mercados importantes do mundo. E se os alimentos já começam a surgir como arma de resposta ao desafio energético, nada desaconselharia justificar o aumento das exportações como instrumento de negociação internacional.

Há na expansão do mercado interno, visando a restabelecer o perfil da safra de 71/72, um enigma sem solução apesar de todas as possibilidades de combinar a soja ao programa de elevação quantitativa e qualitativa da dieta de um País pobre como o Brasil. O enigma não se localiza no nível tecnológico e nem no plano da pesquisa e da inovação, em matéria de uso alimentar da soja. O mistério do subconsumo da soja em território de povo carente de proteínas se situa no estágio do desenvolvimento empresarial e da comercialização do produto processado em misturas possíveis, tais como na rapadura, nas farinhas de mandioca, de trigo e de milho. Os institutos de pesquisa agrícola e de nutrição já terão hoje as fórmulas de viabilização das misturas palatáveis e capazes de vulgarizar o consumo aumentando seu percentual em relação à produção.

Parece utópico querer mudar padrões alimentares da noite para o dia, confiando apenas na colocação das misturas em regime de economia de mercado. A mistura ficaria nas prateleiras. A resposta ao enigma estaria no chamado consumo institucional, a utilização das misturas enriquecidas com soja na dieta institucional de corporações civis e militares, em quartéis, escolas e hospitais. De pronto, os produtores de mistura teriam mercado institucional e seguro. O paladar brasileiro iria progressivamente se alterando para aceitar melhor a soja. Finalmente, em qualquer circunstância ficaríamos mais bem protegidos contra as flutuações de preço internacional."

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Octacílio Almeida.

O SR. OCTÁCILIO ALMEIDA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, visitei o Município de Paulo de Faria, à margem do rio Grande, na divisa dos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Município distante da capital, pertence à jurisdição da 8ª Divisão Administrativa do Estado de São Paulo, cuja sede é São José do Rio Preto.

Paulo de Faria é muito bem dotado pela natureza. Possui terras excelentes e pastarias de primeira para o desenvolvimento da pecuária, que constitui o forte de sua produção em rebanhos de corte e de leite.

Pela situação de Município bem do interior do Estado, Paulo de Faria tem sido mal aquinhado nos planos do Governo, que retarda sistematicamente a solução dos seus problemas.

Nestes últimos oito anos, descobrindo que Paulo de Faria estaria colocado na extremidade interiorana do traçado da Rodovia Armando de Sales Oliveira, melhor conhecida como "Estrada da Laranja", o Governo Abreu Sodré prometeu levar a rodovia até lá; passaram-se quatro anos e o seu substituto, novamente escolhido

pela Revolução, o Sr. Laudo Natel, prometeu inaugurar o asfaltamento no ocaso de sua administração.

Passei por essa estrada, Srs. Deputados, durante a campanha eleitoral do ano passado; voltei agora e a situação é a mesma, acrescida ainda do perigo de desmoronar parte do leito preparado para o capeamento de asfalto, porque o serviço local, como de costume, anda a passo de cágado.

Como vemos, Srs. Deputados, o ex-Governador Abreu Sodré deu início à construção da estrada; o ex-Governador Laudo Natel prometeu terminá-la durante sua administração, e o Governador Paulo Egydio Martins, creio eu, está esperando a chegada do ano de 1976, véspera das eleições municipais, para concluir apressadamente o trecho restante com foguetes, banda de música e discursos laudatórios, como de hábito na política paulista.

Mas, para espanto meu, Srs. Deputados, fiquei sabendo, em Paulo de Faria, que as autoridades locais, instruídas pelo Palácio dos Bandeirantes, recrimina o MDB pelo veto da Assembléia Legislativa ao pedido de suplementação de verbas do Governo, alegando que com elas seriam terminadas as obras da estrada.

Ora, Srs. Deputados, este é o velho truque político armado contra a Oposição. Cuidemo-lo como merece.

A estrada foi construída por etapas a partir de Sertãozinho. Então, por que o ex-Governador Abreu Sodré não atendeu prioritariamente o trecho Paulo de Faria até a BR-153, sabendo que esta rodovia já estava completamente asfaltada?

Não o fez. Prometeu apenas.

E o ex-Governador Laudo Natel, durante os quatro anos de gestão, por que não dotou verbas para a construção integral da estrada?

Não teve expediente para isso ou procurou cozinhá-la em banho-maria?

Que fez o Sr. Laudo Natel com as dotações de 1975? Desviou-as para outras estradas, talvez aos contratos escandalosos da DERSA, condenados posteriormente pelo Governador Paulo Egydio.

Quando o Governador Paulo Egydio assumiu o Governo já encontrou todas as verbas empenhadas.

E a culpa é do MDB?

Ainda na semana transata o MDB votou na Assembléia Legislativa do Estado autorização para o Governo levantar empréstimo de trezentos mil dólares, que serão empregados na construção do Metrô e na continuação da Perimetral Norte.

Está o MDB impedindo o Governo de trabalhar?

Durante o Seminário promovido pela Comissão de Transportes da Câmara Federal, em São Paulo, ouvi de várias autoridades o lamentamento de que o plano rodoviário do Governo do Estado, submetido à apreciação do Ministério dos Transportes, como se faz obrigatório atualmente, fora cortado em mais de cinquenta por cento de seu total. Isto quer dizer que o Governo Federal limitou a construção de estradas de rodagem no Estado de São Paulo. O enfoque atual do Governo Federal é para as ferrovias.

E a culpa é do MDB?

Não, a culpa é da centralização do regime administrativo brasileiro, que não está permitindo aos Estados sequer aplicarem livremente suas verbas.

Assim sendo, Paulo de Faria vai esperar ainda algum tempo para trafegar por estrada de asfalto.

E por favor, Srs. Deputados, as autoridades locais de Paulo de Faria, algumas que conheço e prezo, não viabilizem informações errôneas que lhe são impingidas na capital do Estado, intentando desviar a atenção do povo contra o MDB.

A verdade está bem clara: a Secretaria dos Transportes não tem verbas para terminar a estrada. Seu orçamento foi reduzido à metade pelo Ministério dos Transportes, como já disse, para atender ao enfoque de construção, renovação e melhorias das ferrovias estaduais.

O MDB nada tem com esta medida político-administrativa do Governo Federal.

Bem que gostaria de voltar a Paulo de Faria no fim do ano e transitar por uma estrada totalmente asfaltada...

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é sempre bom lembrar os ensinamentos legados por festejados patrícos que souberam dignificar as funções públicas que exercitaram.

Para ilustrar o meu pronunciamento de hoje, recorro ao saudoso homem público Milton Campos, que numa de suas costumeiras pregações afirmava: — "O Governo é ainda obra de cultura, na mais ampla e abrangente significação. A tradição há de continuar. Se as solicitações do mundo de hoje acentuam o primado das exigências econômicas, será ainda da cultura geral que vai depender o desenvolvimento eficaz de quaisquer atividades, mesmo as mais práticas".

Assim entendendo, no exercício da representação popular, procuro empenhar-me por objetivos comuns que se ajustem ao sentimento coletivo.

Daí minha preocupação, dentre outros, com os problemas educacionais que vêm retardando ou impedindo o desenvolvimento de vários Municípios fluminenses.

Na oportunidade, desejo focalizar a situação da florescente Cidade de Três Rios, que, graças a um sistema viário privilegiado, comporta hoje grande número de indústrias de grande porte instaladas no Estado do Rio.

Problemas de saneamento básico (água e esgotos), e de energia elétrica praticamente não constituem motivo de maiores preocupações para as autoridades responsáveis. No entanto, falta melhor motivação para que a juventude trirriense se fixe no Município: um complexo universitário. A ausência de cursos superiores é sentida pela maioria da população, sendo a principal reivindicação a criação de Cursos de Economia, Administração, Engenharia Operacional e Medicina. Nas tentativas anteriores, o Conselho Federal de Educação negou autorização para o funcionamento de tais Cursos superiores, por falta de efetivo apoio das autoridades municipais e estaduais.

Assim, ao registrar as mais sentidas reivindicações, da valorosa mocidade trirriense, formulo apelo ao Prefeito Samir Nasser, homem público de larga visão, e à Secretária de Educação e Cultura do Estado do Rio, Profª Myrtes Wenzel, no sentido de adotarem as medidas reclamadas, a fim de que, o quanto antes, sejam instalados em Três Rios cursos superiores, solução justa e oportuna para um velho problema educacional.

Era que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Florim Coutinho.

O SR. FLORIM COUTINHO (MDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, desde criança, aprendemos na escola pública a seguinte frase, que guardamos em nossa memória até a morte: "A Pátria é a união de todos".

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os Responsáveis pelo Expediente das Escolas Supletivas de 1º Grau do Departamento de Ensino Supletivo da Secretaria de Educação e Cultura tiveram seus direitos devidamente reconhecidos nos Termos da Ordem "E" nº 18, de 24-8-72, do Sr. Diretor de Pessoal da Secretaria de Administração do ex-Estado da Guanabara, obediente aos preceitos do Decreto 100/69, em seus arts. 43, 44 e 45 e recebem gratificação de função.

Consta que o Decreto 231/75 do Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro, que garante a incorporação das gratificações de Direção e Cargos de Confiança, por não trazer em seu contexto a expressão "Responsáveis pelo Expediente", será interpretado pela Administração do Estado como de exclusão do direito desses

detentores da confiança do Governo do Estado, substitutos dos titulares que não existem.

Pergunta-se: "Responsável pelo Expediente" é ou não é função de confiança?

Se não é, por que existe e se beneficia do Decreto 100/69 em vigor?

Se é, por que não vai ter direito à incorporação, nos termos do Decreto 231/75?

Por que não baixar o Sr. Governador novo Decreto, garantindo o direito desses funcionários, muitos deles prestando relevantes serviços ao Governo há mais de 10 anos, sem nomeação titular?

Alea jacta est!

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações. (Pausa.)

Tendo sido publicado e distribuído em avulsos o Parecer nº 100, de 1975-CN, da Comissão Mista incumbida do estudo do Projeto de Lei nº 15, de 1975-CN, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 13, de 1975-CN, que cria o Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e dá outras providências, tendo

Parecer, sob o nº 99, de 1975-CN, da Comissão Mista, pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1 a ele apresentada.

Em discussão o projeto e a emenda. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaramos encerrada.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

O Sr. Peixoto Filho - Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Para encaminhar a votação, tem a palavra o nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a iniciativa do Governo tem inteira procedência. Posso até afirmar que chegou um pouco tarde, tal a preocupação do Congresso sobre o assunto. Basta dizer que na Câmara dos Deputados há aproximadamente quatro requerimentos para a constituição de Comissão Especial com a finalidade de tratar da problemática das regiões metropolitanas e da política urbana, justamente porque a legislação que regula o assunto continua até hoje sem aplicação, apesar dos esforços do próprio Governo. Chegamos à conclusão de que o Governo descobriu a razão por que até agora as oito regiões metropolitanas criadas não funcionam, as populações são desassistidas e as dificuldades cada dia são mais agravadas.

Pelo que se nota, Sr. Presidente, o Governo reconhece que "a falta de planificação e de fatores sócio-econômicos ligados ao nosso processo de desenvolvimento geraram o surgimento de grandes concentrações urbanas, com as suas gritantes lacunas na infraestrutura básica. Além disso, as dificuldades do setor governamental em atender à demanda das necessidades sociais, quanto aos setores de educação, saúde e trabalho, transformaram o problema das cidades brasileiras num dos mais sérios desafios à nossa inventiva".

Sr. Presidente, os Deputados Léo Simões e Mac Dowell Leite de Castro, acompanhando o próprio interesse do Governo, quando da fusão dos dois grandes Estados — Guanabara e Rio de Janeiro — apresentaram uma emenda, rejeitada pela Comissão Mista sob a afirmação de que o objeto do projeto governamental tem sentido global e, conseqüentemente, não poderia cuidar da região metropolitana de São Paulo.

Ao nosso ver, porém, tem inteira procedência a comparação feita pelos ilustres autores da emenda, porque carrear recursos para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro é uma obrigação, um dever do Governo. A fusão foi realizada com o compromisso do Governo de assistir financeira e tecnicamente aquela região. A de São Paulo também foi incluída, dada a multiplicidade dos problemas existentes e o seu crescimento urbano. Lamento apenas que esta emenda não tenha sido aceita pela Comissão Mista, mas o projeto tem inteira procedência, é oportuno e, como disse inicialmente, veio apenas um pouco tarde.

O MDB votará favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Com a palavra o Sr. Airon Rios para encaminhar a votação.

O SR. AIRON RIOS (ARENA — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, pode ser um processo tático da Oposição, quando vulnerada através de providências sérias tomadas pelo Governo e à falta de elementos maiores para impor restrições à obra governamental, aludir que tal ou qual medida chegou a destempero para a solução do problema. Nem o Governo nem a Maioria, no Parlamento, se perturbam. Já nos acostumamos, de certo modo, ao sabor acre com que o trabalho do Governo, em inúmeras ocasiões, é recebido pela incompreensão e às vezes pela intolerância dos que lhe fazem oposição.

A palavra do nobre Deputado Peixoto Filho não trouxe na verdade, o sabor acre, às vezes costumeiro em alguns de seus mais ilustres colegas, mas ficou a tentativa — aliás não conseguida — de minimizar uma iniciativa que deveria chegar exatamente após a análise e os estudos mais sérios dos problemas urbanos, os grandes problemas do mundo industrial e da sociedade moderna.

Fomos herdeiros de um País à beira do caos e hoje pagamos um tributo caro, porque estamos tentando consertá-lo, sem preocupações milagreiras, em todas as suas esferas. Os problemas sociais não se desvinculam dos econômicos; estes, por sua vez, nunca devem ser colocados em termos de fronteira. Wendel Wilcker, há tempos, em seu lirismo, já falava no chamado "mundo só". Mas ele não se prendia a uma filosofia política sem dar maior importância ao aspecto econômico que comanda a sociedade.

Ora, dentro dessa ótica, nenhum problema de um grande País ou de um País em desenvolvimento pode ficar desanexado do fator econômico, que comanda o mundo moderno. E esta, na verdade, está sendo a principal preocupação das grandes sociedades, mesmo as mais desenvolvidas. Vêem-se países como os Estados Unidos com problemas de recessão, com alto do custo de vida, com oscilação das suas taxas inflacionárias, com política de contenção de importação de produtos primários, e controle dos preços industriais no processo altista. Mas o Brasil, com um esforço enorme, enquanto outras economias se desagregam, enquanto a Europa se satura, não cresce, o Brasil, dentro desse quadro, ainda oferece índice de desenvolvimento alvissareiro.

A criação desse fundo especial, visa à implantação da infraestrutura das áreas urbanas — áreas urbanas que perderam aquela conceituação restrita, em que suas fronteiras terminavam nos limites físicos da sua jurisdição política. As áreas urbanas estão, hoje, acrescidas pela anexação das áreas adjacentes, formando todo um conglomerado, e exigindo, assim, um trabalho sério para a solução dos problemas decorrentes do emprego de novas técnicas aplicadas no campo, provocando um processo de nomadismo natural em direção às cidades. E o crescimento das áreas demográficas reflete nos setores da saúde, da educação e de transporte. O Governo está encaminhando um trabalho sério — e é importante o reconhecimento da própria Oposição que, através da voz do seu Líder, empresta seu apoio e oferece contribuição de seus votos para dar à proposição governamental — e isso comprova o seu acerto — a unanimidade.

A Maioria é pela aprovação do Projeto, mas manifesta-se contrária — e o faz com certo mal-estar — à emenda dos nobres

Deputados que tentaram dar uma contribuição ao Projeto. É que a proposição, estudada paciente e tecnicamente, não comportaria outras alterações, a fim de não ser prejudicada a linha central, o pensamento diretor que a inspirou.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 13, DE 1975—CN

Cria o Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criado o Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano — FNDU, com a finalidade de prover apoio financeiro a:

I — implantação e melhoria da infra-estrutura urbana, principalmente no que respeita ao sistema viário, transportes, saneamento ambiental, limpeza e segurança pública;

II — instalação e melhoria dos equipamentos sociais urbanos, destinados ao desenvolvimento das atividades comunitárias nos campos da educação, cultura e desporto, saúde e nutrição, trabalho, previdência e assistência social, recreação e lazer;

III — outros programas e projetos prioritários para a execução da política nacional de desenvolvimento urbano.

Art. 2º Os recursos do FNDU provirão:

I — dos Orçamentos da União;

II — de operações de crédito e outras fontes, internas e externas.

Art. 3º O apoio financeiro do FNDU deverá efetivar-se preferencialmente mediante a destinação de recursos não-reembolsáveis a investimentos e outras aplicações, inclusive como contrapartida da União a programas e projetos de desenvolvimento urbano de responsabilidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Parágrafo único. O FNDU poderá dispor de subcontas, destinadas ao atendimento de programas prioritários de desenvolvimento urbano, inclusive o Fundo de Desenvolvimento de Transportes Urbanos (FDTU), permitidas as transferências de recursos entre as contas.

Art. 4º A aplicação dos recursos do FNDU será programada com observância do disposto no artigo 15, e seus parágrafos, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo artigo 5º, da Lei nº 6.036, de 1º de maio de 1974, assim como no artigo 7º, inciso I, deste último diploma legal.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Passa-se agora à votação da Emenda nº 1, com parecer contrário da Comissão Mista.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Rejeitada.

O Sr. Peixoto Filho — Sr. Presidente, desejo registrar o voto favorável do MDB.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — V. Exª será atendido.

Rejeitada a emenda, na Câmara, deixa de ser submetida ao Senado.

É a seguinte a emenda rejeitada

EMENDA Nº 1

Dê-se ao artigo 3º a seguinte nova redação:

"Art. 3º O apoio financeiro do FNDU deverá efetivar-se mediante a destinação de recursos não reembolsáveis a investimentos e outras aplicações, inclusive como contrapartida da União a programas e projetos de desenvolvimento

urbano de responsabilidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios, com prioridade para as Cidades do Rio de Janeiro e São Paulo."

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Aprovado o projeto sem emendas e dispensada a redação final, nos termos regimentais, a matéria vai à sanção.
Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 25 minutos.)

ATA DA 166ª SESSÃO CONJUNTA, EM 21 DE OUTUBRO DE 1975

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. WILSON GONÇALVES

Às 18 horas e 35 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guimard — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — Fausto Castelo Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Jessé Freire — Domício Gondim — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Gilvan Rocha — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Benjamim Farah — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Mão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Morais — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcellio

— ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Ney Lopes — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murillo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odolfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Al-

buquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinias — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Duso Coimbra — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanuel Waissmann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Sally — ARENA; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Lysáneas Maciel — MDB; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonsêca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira da Gama — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvia Abreu Júnior — MDB; Sival Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A. H. Cunha Bueno — ARENA; Ailton Sandoval — MDB; Ailton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; Pedro Carolo — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Marcelo Gato — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli —

ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santilo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Hélio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Henrique Fanstone — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldio Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ari Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Collin — ARENA; Valmor de Luca — MDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nadyr Rossetti — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — As listas de presença acusam o comparecimento de 50 Srs. Senadores e 349 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Padre Lebrei figura ao lado dos maiores vultos internacionais que trataram dos problemas sociais do mundo. A sua obra é vastíssima, grande parte dela esparsa em conferências, artigos de jornal e outros. As suas principais obras são "O Ano 2.000", "Manifesto" e "Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente?".

A sua obra é produto de estudos realizados em 63 países, de trabalhos levados a efeito pessoalmente e em equipe, fruto de pesquisas e meditação de uma existência inteira.

Escoam-se os dias, os meses e os anos, e o Padre Lebrei, após ter sucumbido, através de sua obra cresce e se agiganta. O vasto repositório de elementos durante seus longos anos de trabalho, engastados em livros, conferências e artigos de jornal, continuam sendo fonte de pesquisa e de admiração. O seu espírito atilado, a sua inteligência brilhante e seu trabalho beneditino erigiram uma obra que desafia a gélida indiferença do tempo.

Ocorrem-nos estas considerações após a leitura do livro "Manifesto". E sobre esta obra aqui vai o que pensamos:

"Manifesto" é livro escrito pelo famoso sociólogo gaulês Padre Lebrei, que também visitou o Brasil e estudou aspectos regionais do nosso País, no campo social.

A preciosa obra — que preconiza uma civilização solidária — é uma mensagem de esperança no futuro da humanidade, uma gota de orvalho num mundo saarizado e descrente, um jorão miraculoso correndo por entre as gargantas das montanhas áridas, um oásis em pleno deserto escaldante, o precipitar de copiosa chuva sobre o chão gretado e a vegetação ressequida do Brasil-Central.

"Manifesto" — que foi redigido com a participação das maiores autoridades na matéria, de diferentes países do mundo — é um chamamento às nações do universo, sobretudo aos países ricos que continuam espoliando as nações que vivem à margem de todos os benefícios da civilização. As suas páginas, impregnadas de odor evangélico, ao lado de amor e ternura, engastam advertências severas e — por quê não dizê-lo? — às vezes o látigo que Cristo expulsou os vendilhões do templo. "É curioso verificar — acentua o autor — como um povo tão antiimperialista em suas declarações quanto os Estados Unidos, é tão imperialista na prática; isto por não ter compreendido que sua organização econômica o impedia de promover a valorização real dos países vivendo economicamente em sua dependência". Em lugar de amparo, de acordos honestos, em bases de interesse mútuo, continuam sugando até a última seiva dos países pobres e, com isto, cavam sua própria ruína. O que se passa com a América Latina é um comprovante desta assertiva.

Mas este livro — arma terrível nos dias que correm — é também um brado de alerta contra os que usam e abusam da riqueza, inclusive para fins inconfessáveis. É um novo João Batista pregando em pleno Século XX, o Século da Luz e da conquista da Lua. É bem provável que a mensagem não consiga sensibilizar muitos corações empedernidos, mas o vigor e firmeza dos seus argumentos não de deixar um traço marcante e perene de conscientização de todos os povos.

Na sua obra "Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente?", usando de muitos elementos estatísticos, faz paralelo entre dois mundos — Ocidente e Oriente — procurando abrir caminho para que o mundo ocidental não sucumba face à investida dos países da cortina de ferro. Em o "Manifesto" o autor, em defesa de sua tese, alerta que os povos já não podem viver independentes. A dinâmica do mundo moderno e as conquistas da técnica tornaram os países interdependentes, mostrando como isto é salutar. Além de dirimir as possibilidades de guerras — sempre cruéis e condenáveis — da interdependência resultam altos benefícios para os povos, através de integrações regionais, multinacionais e mundiais.

As idéias do Padre Lebrei não constituem utopia. Victor Hugo e outros mestres já pregaram isto. Se um dia o joio for extirpado dos trigais, com a participação de todos os homens de bem, a paz universal poderá ser uma grande realidade. É por isto que o autor de o

"Manifesto" conclui: "O mundo só poderá ser humano se a nova civilização for uma civilização de paz, pela autenticidade do amor".

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Erasmo Martins Pedro.

O SR. ERASMO MARTINS PEDRO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a grande preocupação do último Governo do extinto Estado da Guanabara, hoje Município do Rio de Janeiro, foi a consolidação de sua economia, definindo-lhe as vocações e promovendo os meios necessários à sua efetivação. Na verdade isso foi conseguido através de uma segura orientação econômico-financeira, permitindo que a então Guanabara entrasse no processo de fusão perfeitamente estabilizada como Unidade federativa. A implantação das zonas industriais de Santa Cruz e de Jacarepaguá se fez com êxito absoluto, e mesmo sacrificando o governo de então, abriu excelentes oportunidades para a fixação de novas indústrias, que para lá acorreram e, estamos certos, não diminuirão seu ritmo, nem serão desviadas para outros pólos, eis que não seria justo sacrificar todo um trabalho de infraestrutura, oneroso e tecnicamente realizado, que agora apenas oferece os aspectos positivos, quer para o novo Estado, quer para a indústria.

No entanto, não só naqueles setores se afirmou a economia da antiga Guanabara. Grandes empreendimentos se desenvolveram no Rio de Janeiro, e continuam sua ascensão, marcando decisivamente a potencialização da indústria carioca. É, pois, justo que se ressalte desta tribuna essa potencialidade, dando-se ênfase às empresas que contribuem decisivamente para a nossa emancipação econômica, e se constituem elementos marcantes do nosso desenvolvimento. Dirigida por um homem de raras qualidades de comando e discernimento, o Sr. Haroldo Naylor Rocha, a indústria carioca de plásticos Kelson's inicia no Rio a instalação de uma fábrica de seda sintética. Ainda mais avulta, Sr. Presidente, a satisfação desinteressada deste registro, o fato de ser a empresa presidida por um ilustre militar, hoje na reserva, e que foi nosso companheiro de lutas parlamentares, o Gen. Janary Nunes.

A Kelson's, vai iniciar a partir de meados de 1976 a fabricação de seda sintética, com a expectativa de já no primeiro ano de produção exportar cerca de 12 milhões de dólares (Cr\$ 102 milhões, 240 mil). Até o início do funcionamento da nova unidade, ocupando 7 mil metros quadrados de novos prédios, a empresa terá investido um total de Cr\$ 45 milhões.

A criação da nova unidade industrial em instalação é parte da filosofia de diversificação da empresa, o que representa uma afirmação de confiança, quer no Estado, quer no Brasil, uma vez que implica na aplicação de cerca de 45 milhões de cruzeiros, ingressando com sucesso no mercado mundial, contribuindo assim, através da exportação, para o alívio de nossa balança cambial.

Mas, não para aí a ação da Kelson's, e seu próprio diretor superintendente, anuncia novos planos, declarando que tenciona realizar em breve outra ampliação nas instalações industriais da empresa, desta vez para abrigar as linhas de produção de embalagens plásticas para gêneros alimentícios. A possibilidade dessa implantação, equipamentos e técnicas adequadas, foram objeto de detalhado exame durante a feira de plásticos de Dusseldorf, na Alemanha, realizada este mês.

Eis, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o registro que faço, como ato de justiça a uma empresa que confia nos destinos do Brasil. E não apenas confia, mas vincula-se ao seu futuro, como componente das suas forças vivas, desenvolvendo suas atividades, ampliando o nosso mercado de trabalho, investindo num Estado que há de ser, se essa mentalidade contagiar o empresariado fluminense, uma das unidades líderes da Federação.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ocupo esta tribuna para registrar oportuna iniciativa que contribuirá efetivamente para o melhor aprimoramento cultural da mocidade fluminense.

Trata-se, Sr. Presidente, da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Econômicas — FACCE — de Teresópolis, que "acaba de criar o Instituto de Gerência e Administração do Estado do Rio de Janeiro, que funcionará à rua Dr. Alberto Torres, 111, naquela cidade.

O IGAERJ é um órgão de ensino e pesquisa, e atuará, principalmente, no campo das ciências administrativas, contábeis e econômicas, através da promoção sistemática de cursos de atualização e reciclagem, seminários integrados, ciclos de palestras e de um programa diversificado de pesquisas sobre a administração e disciplinas afins, podendo vir a oferecer cursos de Pós-Graduação, ao nível de mestrado e doutorado.

O Instituto manterá um Sistema de Informações Administrativas a que terão acesso não só os alunos regulares da FACCE e do próprio IGAERJ como também professores, pesquisadores, técnicos, especialistas e demais profissionais da área da administração e gerência."

Sr. Presidente, ao registrar o auspicioso evento que se ajusta às gloriosas tradições fluminenses, valho-me de ensinamento legado por saudoso homem público: "Já não tem o menor significado a antes famosa oposição entre a cultura e a técnica. Esta só se compreende e se justifica, hoje, como um instrumento de liquidação do empirismo que se deformou em máscara da ignorância, em rotinismo na ação".

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, está de parabéns por duas razões: a primeira, a comemoração do Jubileu de Prata, 25 anos de existência da Faculdade de Serviço Social; e a segunda, sua plena participação após haver-se incorporado à Pontifícia Universidade Católica de Campinas, fato que se deu em 1972.

Há tempos que a atuação da Faculdade de Serviço Social já se fez sentir, tendo diplomado 614 profissionais em nível superior naquela especialidade tão necessária ao progresso e ao desenvolvimento social, não só do Estado como também de todo País.

Hoje Campinas é um pólo progressista de toda região, para onde convergem estudantes das mais remotas áreas do Brasil, para especialização científica e técnica nas diversas profissões. Dentre os que merecem destaque e o nosso apreço, encontra-se a Faculdade de Serviço Social, pelo empenho e dedicação de seus mestres e diretores, a partir da sua criação, no dia 12 de março de 1950, quando tomou o nome de "Escola de Serviço Social", na rua Benjamin Constant, ao que sucedeu a nova sede na rua José Paulino, onde se encontra até hoje, desde 1958.

Seguindo a tradição e o gabarito das suas mestras e educadoras, a Faculdade de Serviço Social teve como primeira Diretora a Profa. Enny Camargo Guarnieri, formada pela PUC do Rio de Janeiro, a que se seguiu a Profa. Maria de Mesquita Sampaio, diplomada pela PUC de São Paulo, e pela "Universidade de Colúmbia", em Nova Iorque.

A federalização dessa tradicional entidade de ensino superior se processou em 16 de outubro de 1956, através do Decreto Presidencial nº 40.161, donde ganhou o nome que hoje possui: "Faculdade de Serviço Social de Campinas".

Dotada de curso noturno e matutino, possibilitou o ingresso de novos contingentes universitários que antes não poderiam frequentar o horário diurno, por força de afazeres e encargos e responsabilidades outras que os impediam.

Hoje, a renomada Faculdade já tem em seu corpo de ex-alunos, magistrados, altos funcionários municipais e estaduais, exercendo funções no Juizado de Menores, no Hospital das Clínicas, nas cadeiras de Medicina Preventiva, além do SESC, SENAC, SENAI e outras entidades.

Desde o mês de setembro a programação social comemorativa dos 25 anos de fundação vem sendo intensa, contando com a presença daquele que de alguma forma mantém a razão de ser daquela instituição educacional.

Entre outros tópicos da vasta programação temos cultos evangélicos, conferências, palestras e a solenidade de descobrimento da placa assinalando o tempo como marco de sua grandiosa tarefa, ato que teve lugar na própria Faculdade.

Para não mencionar todos, queremos fazer referência a algumas das palestras, para demonstrar neste Plenário a importância atual dos temas questionados e que integram o Programa Comemorativo da Faculdade de Serviço Social de Campinas.

"O Serviço Social e a Saúde Mental"; "A Integração do Menor na Comunidade de Campinas"; "O Problema Migratório e a Secretaria da Promoção Social"; "O Serviço Social na Prevenção contra o Acidente do Trabalho", proferidas na Sala de Atos da PUCC, pelos nobres conferencistas Lizete Castanho Ribeiro, Norma Damasceno e Equipe Técnica da Divisão Regional de Campinas da Secretaria de Promoção Social do Estado, Maria José Mangili e o Sr. Vice-Diretor da Faculdade de Campinas, respectivamente, numa ordem sucessiva até o dia 4 de outubro.

Podemos considerar, Sr. Presidente, que a Faculdade de Serviço Social de Campinas está engrenada com o espírito de toda a Pontifícia Universidade Católica, obedecendo rigorosamente a uma linha de evolução da realidade brasileira, como o seu currículo exige, para que seus alunos possam dar efetiva contribuição ao meio social, político e econômico em que atuam, cumprindo e fazendo cumprir programas de bem-estar adequados aos problemas da sociedade.

A exemplo, frisamos o conteúdo do Ciclo Básico e do Ciclo Profissional do ensino, conforme é ministrado atualmente naquela Faculdade: Teologia, Antropologia Cultural, Problemas Brasileiros, Sociologia, Métodos e Técnicas de Pesquisa Científica, Psicologia, Instituições do Direito e Legislação Social, Economia Social, Teoria do Serviço Social, Recursos do Meio, Unidade Familiar, Estatística e Iniciação Filosófica, além de Ética Profissional e Serviço Social de Comunidade, Planejamento Social, Política e Administração.

A Faculdade conta primordialmente com um Departamento de Serviço Social o qual coordena as disciplinas profissionalizantes teóricas e práticas.

A imensa alegria que contagia a todos aqueles que compreendem o quanto é vasto e penoso trabalhar pela diminuição do sofrimento humano, em prol do bem-estar social, é a que reproduzimos aqui, desta tribuna, de onde lançamos a esperança no crescente incentivo ao lema que adotaram através das palavras de Matheus, no Evangelho, quando disse "vim para servir e não para ser servido!" (Mat. 28).

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Florim Coutinho.

O SR. FLORIM COUTINHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao que tudo indica, o grande negócio mesmo é explorar, expoliar e, afinal, destruir e matar os "subs" (subdesenvolvidos, ou em desenvolvimento).

Vejam, como exemplo, o que acontece com os detergentes, fabricados, vendidos e usados em massa pelas donas de casa e em todos os serviços de limpeza, em geral.

E que despejam, via uma sempre precária rede de esgotos, dejectos de alto teor poluente nas águas dos rios, mares e lagoas, principalmente os que se situam nas cidades ou suas proximidades ou até dentro delas.

Quanto maior a cidade, pior.

Para quem não sabe: o Rio, Capital do Estado do Rio, ex-Guanabara, possui 196 rios, cujo volume de água varia muito. Desde alguns de volume mais acentuado até os de pequeno volume, que se confundem com simples valas. Nenhum de grande volume e todos servindo como galerias de esgoto, a céu aberto em sua maioria.

Possui ainda algumas lagoas como a famosa Rodrigo de Freitas, a das mortandades de peixes periódicas, em destaque. E alguns canais, como o famoso e mal cheiroso Canal do Mangue em primeiríssimo lugar.

E todos — rios, riachos, valas, lagoas e canais — recebem as dejeções da grande cidade, lançando-as nas águas do mar que a cercam. Ou seja: todos eles veículos de trânsito da poluição, um trânsito que não tem nem DETRAN.

A propaganda não só apregoa as qualidades e excelências dos sabões líquidos e em pó e detergentes em geral, como decreta o uso constante e em grande escala.

Quanto mais usado, melhor para o faturamento, é claro.

E quanto mais usados, maior poluição também, mas isso não é objeto de propaganda. Agora o que dizem os técnicos e outros que conhecem e se preocupam com poluição, e, no caso dos detergentes, com as nefastas consequências do seu uso indiscriminado e em grande volume.

1º O Prof. Kenkichi Oba, Diretor do Laboratório de Higiene Ambiental de Tóquio, apresentou, no VII Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária, Salvador-Bahia, em 1973, um trabalho em que dizia: após a 2ª Grande Guerra, os sabões foram substituídos pelos detergentes, produzidos em grande escala e constituindo uma ameaça ao meio-ambiente.

Dividiu tais detergentes em dois tipos: o ABS, extremamente perigoso com seus agentes ativos, ácidos e tóxicos, e o LAS, que não provoca prejuízos ambientais.

2º Os detergentes produzidos no Brasil pertencem, na sua quase totalidade, ao Grupo ABS, o perigoso e nocivo.

3º Técnicos vão mais longe: denunciam manobras dos fabricantes, ligados às multinacionais (sempre elas), quando foram proibidos de fabricar produtos deste tipo em vários países da Europa e nos Estados Unidos.

Tais empresas, simplesmente, transferiram seus equipamentos e fórmulas para países da América Latina, como o Brasil, Venezuela e Argentina.

Nas suas fábricas de origem instalaram equipamentos novos para fabricar detergentes dissolvidos pelas próprias condições naturais do ambiente. Isto é: nos seus países, desenvolvidos, trataram de se submeter e proteger as suas naturezas, mas, para diminuir os prejuízos, jogaram para os países "subs" os velhos equipamentos, onde continuaram a ser aproveitados.

Isto dá para entender: onde há preocupação e leis para proteger a natureza, os fabricantes trataram de se submeter; onde não há, eles continuaram a ganhar dinheiro, poluindo, matando a fauna e a flora aquática, em especial, ganhando dinheiro, que é a única coisa que importa para eles.

E destruindo e matando "subs", o que também importa.

Acho que isto basta, embora a CPI sobre as Multinacionais nem sonhasse com fatos como esses dos detergentes.

Antes de terminar, vejamos o que dizem, ainda, os técnicos: os detergentes empregados pelas donas de casa, empregados de bares, restaurantes, casas de comércio etc., em todo o tipo de limpezas, são usados em quantidade, pois nunca é especificado para o consumidor quanto deve ser usado por dia.

Esse material segue pelos ralos comuns para as precárias redes de esgotos e dali para os rios.

Como levam no mínimo 6 meses para serem dissolvidos, acabam se acumulando nas águas, retidos por pedras e represas geográficas.

Quando as condições se alteram, com ventos ou abertura de comportas movendo as águas um pouco mais, os resíduos

acumulados se agitam, transformando-se em espuma, com grandes prejuízos, aliás, para a saúde dos habitantes próximos, a não ser em casos de alergias.

Mas o perigo persiste: antes de virar espuma, as substâncias químicas dos detergentes já destruíram as formas de vida existentes nos rios, afetando, também, o ambiente em volta.

Tudo isto dizem os técnicos, não eu, e foi noticiado na imprensa. Mas fica certo de que:

1º O uso exagerado dos detergentes perigosos e nocivos polui e até mata.

2º Fabricantes criminosos, não podendo poluir e matar em seus países, onde há leis que os impedem de fabricar detergentes perigosos, trataram de modificar seus equipamentos para se submeterem às leis e para fabricarem produtos não prejudiciais à conservação da natureza. Mas para diminuir seus prejuízos e continuar ganhando dinheiro, transferiram os velhos equipamentos e fórmulas para outros países, onde continuam a fabricar seus produtos tóxicos e nocivos à conservação da natureza.

A natureza "dos outros", não a deles, porque esta está sob proteção atenta. Qualquer natureza, a dos "subs", de preferência onde vale tudo, contanto que dê dinheiro.

Viva a poluição! Os detergentes em particular, e no caso!

Viva as multinacionais e viva aqueles que não vêem outra coisa senão o desenvolvimento apressado e a necessidade de atrair os capitais e os investimentos estrangeiros a qualquer preço. Mesmo que venham matar a nossa natureza. Afinal, conservação da natureza, ecologia, poluição e outras coisas, isso pouco importa. O essencial é desenvolver.

Fico aguardando respostas de quem de direito. Mas respostas, mesmo. Não explicações nem equacionamentos de problemas, e sim soluções de problemas, se for o caso. De equipamentos estamos lotados.

Só uma resposta vale, uma solução é válida para um problema já equacionado e resolvido: acabar com a fabricação dos detergentes nocivos que poluem e matam; somente os que não causam males à conservação da natureza, podem ser fabricados.

Afinal, a "nossa natureza" também merece ser conservada.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alcides Franciscato.

O SR. ALCIDES FRANCISCATO (ARENA — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, depondo na Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as atividades do Movimento Brasileiro de Alfabetização, o ilustre Deputado Flexa Ribeiro — a cuja brilhante cultura rendemos nossas maiores homenagens — criticou severamente o MOBRAF, taxando-o de "vendedor de ilusões".

Salvo melhor juízo, parece-nos que o nobre colega se externou em termos um tanto severos no julgamento de uma instituição que está prestando os melhores serviços na luta contra um autêntico cancro social.

O analfabetismo é uma praga herdada da época imperial e que não foi devidamente combatida após a Proclamação da República. Pelo censo de 1872, o Brasil contava com uma população alfabetizada de 1.564.481 pessoas, contra 8.365.997 que não sabiam ler e escrever. Um ano depois de instaurado o regime republicano, ou seja em 1890, o número de analfabetos era de 12.213.356, contra 2.120.559 de pessoas alfabetizadas.

Pelo recenseamento de 1900, verificamos que havia 3.380.451 alfabetizados, contra 6.348.869 analfabetos. Em 1920, tínhamos 11.401.715 analfabetos contra 6.155.567 pessoas que sabiam ler e escrever. Vinte anos depois, em 1940, o número de analfabetos continuava aumentando: 13.269.381 e apenas 10.379.990 sabendo ler e escrever. Até 1950, os analfabetos superaram em número os alfabetizados: 15.272.632 contra 14.916.779.

Estamos falando de pessoas acima dos 15 anos de idade.

A partir do censo de 1960, as posições se inverteram substancialmente: nesse ano o Brasil tinha 24.321.798 de pessoas alfabetizadas, contra 15.815.903 analfabetos, demonstrando maior interesse dos governos federais e estaduais em corrigir uma situação pouco lisonjeira para o nosso País. No último censo, o de 1970, foi constatada a existência de 35.586.771 alfabetizados e 18.146.977 de analfabetos.

Nessa época já estava funcionando o MOBRAL, o que não impediu que o censo contasse o maior número de analfabetos da história nacional. Qual a razão? Em primeiro lugar: o crescimento demográfico do País, que se fez sentir também entre os alfabetizados, cujo número foi quase o dobro do de analfabetos, fato que ocorria pela primeira vez.

Por outro lado, não deve ser esquecido o fato de que o MOBRAL, criado em dezembro de 1967, no início de suas atividades contava com uma verba precária, de apenas 500 mil cruzeiros, para atender ao País todo. Assim, não obstante a boa vontade e patriotismo de muitos brasileiros, a instituição marcou passo durante três anos por falta de recursos.

Foi a partir de 1970 que as coisas mudaram, pois o MOBRAL passou a contar com 30% da receita líquida da Loteria Esportiva, que é contribuição do povo e não do Governo, acrescida de 2% do Imposto de Renda. Já no de 1970, 330 mil brasileiros ganharam a luz de um melhor entendimento e do privilégio de poderem avaliar quanto é grandiosa a Nação em que nasceram.

Calcula-se em vários milhões o número de alfabetizados pelo MOBRAL, à frente do qual esteve o Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, cuja idoneidade está acima de toda e qualquer suspeita. Mais alguns anos e a porcentagem de analfabetos será mínima, pois a dificuldade de penetração em algumas partes do território nacional tem tolhido isso. Quando o Ministro Simonsen dirigia a instituição, a porcentagem de adultos analfabetos era de 33%.

No que diz respeito à região paulista a que pertencemos, onde se destaca Bauru — cidade de que tivemos a honra de ser Prefeito — cumpre-nos destacar que presidimos à entrega de dez mil certificados aos alfabetizados pelo MOBRAL. Só esse número compensou todas as despesas havidas com a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização.

Em décadas anteriores houve campanhas de alfabetização de resultados completamente nulos. Entretanto, o MOBRAL já alfabetizou sete milhões de pessoas e prossegue vitoriosamente em seu movimento de ação. Quanto custa esse serviço? Não importa quanto, porque é o povo quem paga através de sua participação na Loteria Esportiva, é o povo que deseja um País onde não haja analfabetos. O que ocorre com os alfabetizados, após o término do curso? Poderíamos responder que nem todos desejam abandonar seu campo de trabalho para ingressar na ordem do bacharelismo. Desejam saber ler e escrever para mais ainda valorizar o Brasil e, oportunamente, impedir que seus filhos se mantenham analfabetos.

Afirmar que o MOBRAL Infante-Juvenil poderá retardar a política da educação básica do povo, parece-nos uma temeridade, pois é público e notório que, em todo o País, 50% das crianças abandonam a escola e, dessa forma, colaboram para que o analfabetismo se torne crônico.

Analfabetismo é uma coisa, educação é outra, concordamos. Mas, no momento, não se cogita mandar analfabetos para as universidades, com prévia passagem pelo MOBRAL. O que interessa é livrar milhões de brasileiros que ainda não sabem soletrar o nome de sua Pátria, ganhando-os para a luz do esclarecimento. Milhares de crianças não frequentam a escola porque há lugares de difícil acesso não vão professores, devendo, por isso, nadarem na ignorância milhares de crianças que não tiveram a sorte de nascer em centros mais adiantados; onde podem estudar e depois ingressar na universidade, para, no final do curso, ficar constatado que só uma insignificante minoria conhece corretamente o idioma de sua terra. . .

É por tudo isso, Srs. Congressistas, que nos colocamos ao lado do MOBRAL, porque, pelo menos, esta instituição está contribuindo para erradicar o analfabetismo brasileiro.

Se, como se pretende, o MOBRAL é uma entidade que não corresponde aos fins propostos, apontem-se outros meios mais práticos e oportunos e a possibilidade financeira de levá-los para a frente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Com a palavra o nobre Deputado Joel Ferreira.

O SR. JOEL FERREIRA (MDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no mês corrente duas datas importantes se registram: uma destinada a comemorar o Dia dos Comerciantes e outra destinada a comemorar o Dia do Servidor Público. De um modo geral, nesta altura do mês em anos anteriores já se divulgava que o Governo iria conceder algum aumento ao funcionalismo público. E, a menos que me tenha passado despercebido, não li ainda qualquer notícia a respeito do assunto. Acreditando que o Chefe do Governo bem avalie a situação por que passa o servidor público federal, deve S. Ex.^a, a esta altura, estar com algum trabalho pronto para conceder-lhe um reajuste de vencimentos capaz de lhe permitir viver com um mínimo de dignidade.

Em razão da não implantação definitiva do Plano de Classificação de Cargos, o funcionalismo federal hoje constitui a classe mais mal remunerada deste País. É simplesmente estarrecedora, Sr. Presidente, a situação dos servidores federais do Brasil. E eu bato na tecla dos servidores federais, porque há servidores estaduais em condições muito melhores. Eu mesmo sou funcionário — nível 17 — do Poder Executivo. Se estivesse a receber por este padrão, Sr. Presidente, os meus vencimentos não ultrapassariam 1.200 cruzeiros. Vejo a situação clamorosa de miséria em que estão vivendo aqueles classificados nos níveis de 1 a 12. Eu sei das condições do País do ponto de vista financeiro. Realmente sérias. Difíceis. Mas o Governo não pode deixar de olhar com carinho para uma grande massa de servidores que literalmente não têm condições de viver nem de sobreviver.

Daí por que, quando se aproxima o dia consagrado ao servidor público, e eu não desencarno esta qualidade, desejo, ao mesmo tempo que auguro, que o Sr. Presidente da República examine em profundidade o assunto, pois não pode uma família — notadamente de servidor, que tem por obrigação vestir paletó e gravata e se for do sexo feminino de se apresentar condignamente à repartição a que serve — viver com 600, 800, com 1.000, 1.500 cruzeiros que seja, se grande parte deles ainda sofre o ônus do aluguel da casa para moradia. E em Brasília, quando se fala em aluguel, não se pode nunca pensar em quantia inferior a Cr\$ 1.500,00.

Destarte, Sr. Presidente, fica o meu apelo veemente e dramático, no sentido de que o Governo, mesmo tendo em conta a situação financeira do País, entenda o problema e providencie condições para que os servidores públicos federais tenham motivação para trabalhar e tenham alegria de servir ao Estado. Mas, para tanto, carecem pelo menos de vencimentos capazes de lhes garantir alimentação adequada.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Júlio Viveiros.

O SR. JÚLIO VIVEIROS (MDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, já o Papa Pio XII, ao se referir aos médicos, expressou sabiamente o papel decisivo que este desempenha na sociedade dizendo:

“O médico verá todas as misérias humanas procurarem junto dele um refúgio e pedir à sua mão benéfica que se estenda e pouse sobre elas.”

Honra ao mérito de todos os médicos, do Pará, do Brasil e do mundo; honra ao mérito à pessoa do Dr. Pedro Kassab, brasileiro, eleito Presidente da Associação Médica Mundial, cuja escolha

expressa, por certo, a admiração do mundo à Medicina brasileira, merecedora de tão alta distinção pelo trabalho que os médicos brasileiros realizam em favor da dignidade humana, da valorização do ser, buscando o aperfeiçoamento físico, moral e cultural de toda a coletividade.

Já dissemos, certa vez, que o trabalho dos médicos, mais do que o de qualquer outro profissional, retrata a história do próprio homem, história que não tem a palavra "fim".

Vejamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"Há 5.000 anos, os egípcios atribuíam ao olho de Horus, curado pela intervenção de Toth, médico-deus, o poder mágico de defendê-lo dos demônios, da dor e da doença. Durante a Idade Média, tendo-se tal símbolo modificado na grafia, tornou-se semelhante ao número 4, o sinal de Júpiter, cuja benévola assistência os médicos e os alquimistas suplicavam, para terem bom êxito em seus trabalhos. Esse símbolo se transformou, por fim, na sigla "erre", o recipe, que ainda hoje o médico escreve no início de suas receitas. Um "erre", um elo ideal, que, em nome da luta contra a dor, a doença e a morte, liga 50 séculos de história."

A história da Medicina é, assim, também a nossa história. Milhares de anos, densos de acontecimentos fascinantes, durante os quais a ciência médica se desenvolveu, enriquecendo-se de conhecimentos sempre mais precisos, de armas terapêuticas sempre mais eficazes e de métodos de pesquisa e de controle, que conduziram às conquistas verdadeiramente estonteantes de hoje.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nem sempre todos sabem avaliar convenientemente certos aspectos dessa história, como, por exemplo, o papel do ser humano, que também é médico e do qual se exige abnegação, bondade, tolerância, discrição, paciência, desprendimento pessoal, resolução pronta e decidida, brandura e escrúpulo de consciência... como se fora ele um *semideus*. E destaque-se, ainda, a sua luta, talvez a mais difícil de todas, contra a ignorância e a superstição, o charlatanismo e a fraude. *Mundus vult decipi ergo decipiatur*, ou traduzindo: "O mundo quer ser enganado. Enganemo-lo pois!" — Bandeira que, infelizmente, ainda se encontra em nossos dias, desfraldada e bem alta.

E os médicos entram nessa luta, que se trava para fazer triunfar o bom senso, a luz da razão, do raciocínio científico. É a classe médica atuando, participando, traçando rumos que deverão ser seguidos a fim de que haja desenvolvimento.

Além do mais, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é sabido que os médicos, do Pará e do Brasil, atravessam um período crítico de muito desencantamento. É que as perspectivas para eles, estão na razão inversa do progresso espetacular da medicina, ou de sua própria abnegação pessoal, que acompanhamos de perto, através de nomes aureolados e, mesmo, quando ainda anônimos em nosso Estado e em todas as demais unidades da Federação.

Sabemos, por exemplo, que a Medicina brasileira vive em permanente período de definição, quando se procura resguardar ao médico os seus direitos, anulando-o até como pessoa física.

Pelo muito que devemos à classe médica de nosso Estado e do Brasil, pedimos que sejam estas palavras transcritas para os Anais do Congresso Nacional, a fim de que a homenagem do povo paraense a tão abnegados profissionais, seja patenteada através da memória de um povo.

Já dizia o filósofo: "O Altíssimo deu-lhes a ciência da medicina para ser honrado em suas maravilhas".

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Viana.

O SR. LUIZ VIANA (ARENA — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, no dia 15 último transcorreu o aniversário de *A Tarde*, o grande jornal fundado na Bahia por Simões Filho, cujo nome e cujas lutas serão sempre lembrados pelos

seus conterrâneos. O tempo e o próprio desaparecimento do insigne jornalista não fizeram, entretanto, que *A Tarde* deixasse de ser o vibrante vespertino, paladino dos interesses populares e das mais lídimas aspirações do povo baiano.

Orientado pelos sucessores de Simões Filho e tendo como Diretor o Prof. Jorge Calmon, mantém, na comunidade baiana, o mesmo alto nível que o fez merecedor do apoio e dos aplausos dos leitores, fiel às melhores tradições de cultura e civismo da imprensa da Bahia, toda ela certamente participante das congratulações com que aqui, no Congresso Nacional, consignamos data tão significativa nos fastos da imprensa brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ary Kffuri.

O SR. ARY KFFURI (ARENA — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é necessário especificar as dramáticas consequências oriundas do elevado número de acidentes do trânsito verificados nas grandes cidades do País. Todavia, acho imprescindível e premente a conjugação de esforços em prol de uma redução drástica da quantidade estarrecidora de vítimas que o fenômeno provoca na vida cotidiana da comunidade.

A imprensa vem noticiando, nos últimos dias, a elogiável iniciativa levada a efeito pelo 1º Congresso de Trânsito Rodoviário, que teve lugar, recentemente, no Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro, promovido pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Como é notório, o tema sobre a "Educação do Trânsito" foi o que maior atenção mereceu naquele conclave de âmbito nacional.

Trata-se, sem sombra de dúvida, de assunto que sensibiliza profundamente a nossa opinião pública, pois visa a educar tanto motoristas como pedestres dentro de conceitos estabelecidos pela nova filosofia do Trânsito Nacional, em vias de ser implantada.

Ora, estamos entristecidos pelo descalabro produzido por uma tão elevada cifra de mortos, aleijados e órfãos. Acho indispensável a cooperação de todos, para que possamos sentir alívio e segurança diante de tantos incidentes causados diuturnamente nas estradas e vias públicas, adotando a força da nossa inteligência para atribuir prioridade na solução de problema que a todos nos causa aflição.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, semelhante fenômeno, que é de suma gravidade, poderá ser equacionado satisfatoriamente, e sem a mínima perda de tempo, mediante uma campanha de esclarecimento, abrangendo mensagens adequadas, cartazes de orientação ao público e, sobretudo, aulas ministradas em nossos estabelecimentos de ensino.

Aliás, é por isto que exprimo o meu regozijo ao saber que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, em seu esforço educacional levado ao devido termo por intermédio da Campanha de Segurança nas Estradas, visa a reduzir efetivamente o infundável número de acidentes. A identificação dos públicos-alvos, a seleção das mensagens fundamentais e a indispensável criação das peças, integrantes da campanha de comunicação de massa, representam aspectos largamente abordados pelo conclave que encerrou seus frutíferos trabalhos.

Além disso, a idéia de levar projetos elaborados pelo DNER, ao conhecimento de crianças de 2 a 6 e de 7 a 14 anos idade, contribuirá sobremaneira para o seu preparo necessário, em aulas que transmitirão mensagens educativas através de atividades e situações vivenciadas, e não de disciplinas formais. Assim sendo, o comportamento rodoviário no País tende a sofrer uma metamorfose com resultados compensatórios e de agrado a todos.

A iniciativa em apreço merece aplausos, pois não se trata de uma campanha de cunho humanitário, mas um esforço comum visando a ajudar a própria economia nacional, uma vez que cada acidente automobilístico com vítimas custas ao Brasil Cr\$ 160.000,00.

Faço questão de recordar que, durante o ano passado, os gastos do País ultrapassaram 6 milhões de cruzeiros, isto é, 5% do orçamento nacional, decorrente de acidentes rodoviários.

Daí por que reiteramos nossa solidariedade às normas recém-adotadas, certos de que poderão atingir os altos objetivos de uma política de trânsito nacional e eficiente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Leônidas Sampaio.

O SR. LEÔNIDAS SAMPAIO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os princípios legais são sempre estabelecidos de forma genérica, não admitindo exceções, senão em decorrência da própria lei que os estabelece.

No que concerne especificamente a instituição de tributos, aquela uniformidade é exigida no texto constitucional, conforme o art. 20, inciso I, da Lei Maior.

"O Imposto de Renda é o mais justo e o mais racional dos impostos, porque procura atingir individualmente a todos os contribuintes, dentro de sua exata capacidade contributiva, que é medida por complexos critérios anualmente verificados através das declarações de rendimentos, objetivando sempre que um contribua proporcional e progressivamente de acordo com seus ganhos anuais. Daí a preocupação existente de cada vez mais se aperfeiçoar esse imposto que, muito mais do que uma importante fonte de arrecadação tributária em nosso País, representa um meio para se fazer justiça social."

E como todos os demais tributos, o Imposto de Renda pesa uniformemente sobre os rendimentos de todos os contribuintes, observando o preceito constitucional anteriormente citado.

Entretanto, dentro de sua filosofia salutar, o Imposto de Renda permite aos contribuintes abaterem dos rendimentos tributáveis percentuais referentes a despesas obrigatórias para o exercício de profissão, neste caso estando incluídos médicos, dentistas, engenheiros, advogados, professores e tantos outros.

Mas no caso específico dos odontologistas este percentual se nos afigura até certo ponto injusto e irreal, quando permite ao contribuinte descontar de seus rendimentos tributáveis apenas 20%, fixado pela legislação do Imposto de Renda para as deduções globais da cédula "D" dos odontologistas que não possuem Livro-Caixa.

Esse limite foi fixado pelo Ministério da Fazenda através da Portaria BSB-7, de 18 de janeiro de 1972, sem observar no entanto que as despesas decorrentes do exercício da profissão de um odontologista, que possui consultório próprio, que sempre bem maiores do que as de outro profissional liberal que trabalhe autonomamente, porque, além das despesas a todos comuns — aluguel, luz, telefone, condomínio, empregados etc. — sofrem mais um encargo que é peculiaríssimo à sua profissão: os custos dos materiais, medicamentos e instrumentos odontológicos despendidos no tratamento de seus clientes.

O Dr. Aroldo Gomes de Mattos, estudando o assunto, concluiu que "a grande maioria das contas extraídas pelos odontologistas, cujo cômputo bruto anual é incluído como rendimento da cédula "D", engloba, juntamente com seus honorários profissionais, a parcela representativa do ressarcimento dos custos diretos do tratamento dentário, que atinge, em média, a 10% da quantia cobrada".

"Assim sendo, têm os odontologistas despesas maiores do que as demais categorias de profissionais de trabalhadores autônomos, razão pela qual seria lógico que também tivesse percentual maior para as deduções da cédula "D"."

Esta medida pleiteada pelos odontologistas em nada fere o dispositivo constitucional que obriga uma tributação uniforme para todos os contribuintes, de qualquer profissão, situações dentro dos limites de nosso território.

O Imposto de Renda pago pelos odontologistas seria o mesmo atribuído a todos os profissionais. Mas nas deduções fixadas em lei, cujos percentuais são atribuídos em Portaria do Sr. Ministro da

Fazenda, em face dos seus gastos maiores para o exercício da profissão, deveriam os odontologistas merecerem um desconto maior também.

E pretendem estes profissionais, conforme já manifestou a revista "Tribuna Odontológica" que o percentual dedutível da renda tributável, na cédula "D", para os odontologistas seja de 30% e não de 20%.

Sou, Sr. Presidente, pessoalmente responsável e integrado nesta luta, pois como odontologista, vivo os dramas da classe a que pertencem e sinto diretamente as razões deste reclamo, podendo por isso interpretar fielmente os desejos de meus companheiros.

Quero, portanto, desta tribuna, apelar ao Sr. Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, requerendo de S. Ex^a a revisão dos valores percentuais fixados para os odontologistas na Portaria BSB-7, de 18 de janeiro de 1972, permitindo aos mesmos descontarem, na cédula "D", 30% sobre os rendimentos tributáveis, e não 20%, como atualmente acontece.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Com a palavra o nobre Deputado Antunes de Oliveira.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o glorioso Município de Atalaia do Norte recebeu oportuno benefício. Isso me enche de júbilo. Sempre me senti alegre com a vida e a luta de Atalaia do Norte. Desejo que as autoridades e setores do povo daquele meu Município entrem em entendimentos comigo, pois devo servir ainda mais a Atalaia do Norte, no Amazonas.

O valoroso Prefeito de Atalaia do Norte, Ademir Pereira Lucena, deu-me mais uma alegria, comunicando-me a inauguração da agência telegráfica e do posto telefônico em Atalaia do Norte.

Eis o seu telegrama:

"Irmanado povo atalaiense, jubilosamente participo Vossa Excelência inauguração agência telegráfica e posto telefônico TELAZON e TELAMAZON, integrando, destarte, nossa comunidade imensa rede telecomunicações território nacional. População profundamente agradecida magnifica iniciativa Presidente República e Ministro Comunicações. Respeitosas
Ademir Pereira Lucena Prefeito Municipal Atalaia do Norte AM."

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, outro assunto me traz a esta tribuna do Congresso: Peço que a Nação tudo faça em defesa da produção do urânio natural.

Transcrevo, aqui, artigo do *Jornal de Bahia*, de 16 de outubro de 1975:

NA UnB

"O professor de Física Nuclear da USP e PUC de São Paulo, Marcelo Damy, criticou ontem, durante palestra pelo Departamento de Geociências da UnB, a posição e a política adotada pelo Brasil no desenvolvimento da energia atômica, usando o urânio enriquecido.

Marcelo Damy disse que em um país de poucos recursos para a exploração do urânio, como o Brasil, o uso do urânio enriquecido é totalmente injustificável, pois com as técnicas que o País dispõe poderia conseguir os mesmos resultados, para o fornecimento de energia, utilizando-se do urânio natural. Revelou que o enriquecimento do urânio é feito apenas para aumentar o teor da capacidade dos seus isótopos, necessitando-se de 10 quilos de urânio natural para se obter um quilo de urânio enriquecido.

Como a economia do Brasil está enfrentando sérios problemas, seria muito mais viável se se aproveitasse a tecnologia já desenvolvida no País, para o aproveitamento do urânio como produtor de energia, sem precisar enriquecê-lo,

uma vez que os resultados seriam praticamente os mesmos e o Brasil evitaria tão significativos gastos na compra de reatores atômicos.

Marcelo Damy, aos expor os diversos métodos de aproveitamento do urânio natural bem como os processos do seu enriquecimento, afirmou que o maior problema para a utilização do urânio natural é a elaboração de uma lâmina capaz de selecionar os elementos essenciais da energia. Acrescentou, contudo, que esse aspecto depende apenas de conhecimentos tecnológicos do material a ser utilizado e da dimensão dos orifícios filtradores, coisas que a tecnologia brasileira no setor está em plenas condições de fazer.

Ao destacar os aspectos dos recursos nucleares brasileiros (tema da palestra), Marcelo Damy chamou atenção para o caminho do desenvolvimento da energia atômica adotada no Brasil e disse que o País, além de ter entrado atrasado na exploração da energia atômica, adotou uma política errada, na compra de reatores para o enriquecimento do urânio.

Afirmou que o nível de desenvolvimento de um país depende da disponibilidade de energia, para o aproveitamento das próprias riquezas minerais e fabricação de produtos industrializados. No Brasil, "temos um potencial de 17 milhões de kW de energia instalado, dos quais a grande maioria decorre da energia hidrelétrica.

O potencial hidrelétrico das regiões Centro e Sul é de 50 milhões de kW sendo que o potencial do país aumenta anualmente cerca de 14,5%, dobrando de sete em sete anos.

O aumento dessa capacidade de produção de energia, no entanto, se continuar nesse ritmo, advertiu Damy, nunca poderá satisfazer plenamente as necessidades da realidade do mercado nacional."

Como se lê e se observa, a produção de urânio enriquecido não pode prejudicar o urânio natural, tampouco as finanças do Brasil. Apelo ao Ministro das Minas e Energia no sentido de que dirija algumas palavras sobre o que há para se responder ao Dr. Marcelo Damy, Professor de Física Nuclear da Universidade de São Paulo e da PUC. Se o preceptor está certo, como parece, o que tem o Governo a declarar a respeito das afirmações do Dr. Damy?

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Está encerrado o período de breves comunicações. (Pausa.)

Através das Mensagens nºs 84 e 86, de 1975-CN, o Senhor Presidente da República encaminhou à deliberação do Congresso os Projetos de Lei nºs 19 e 20, de 1975-CN.

Com vistas à leitura das matérias, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 15, de 1975-CN, que dispõe sobre o Sistema Nacional dos Transportes Urbanos, autoriza a criação da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, e dá outras providências.

Ao projeto foram apresentadas 2 emendas.

O Relator, ao apreciar a matéria, concluiu pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda de nº 2, deixando de pronunciar-se sobre a emenda nº 1, por ser de sua autoria.

O Senador Fausto Castelo-Branco, Relator designado para emitir parecer sobre a Emenda nº 1, concluiu pela aprovação da mesma.

A Comissão Mista, em seu Parecer sob nº 100, de 1975-CN, concluiu pela aprovação do projeto com a Emenda de nº 1, e pela rejeição da Emenda nº 2, com voto vencido do Deputado Alcides

Franciscato e voto vencido, em separado, do Deputado Francisco Rocha.

Em discussão o projeto e as emendas.

O Sr. Laerte Vieira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. LAERTE VIEIRA (MDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados entende que, *data venia*, este projeto não está em condições de ser apreciado pelo Congresso Nacional.

A proposição governamental encaminhada dispõe sobre o Sistema Nacional de Transportes Urbanos, sendo que no art. 7º se autoriza a criação da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos.

Pelo art. 12 fica instituído um adicional, a partir de 1º de março de 1976, de 12% sobre o Imposto Único de Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, a ser arrecadado simultaneamente com o referido tributo.

O § 1º do art. 12 diz o seguinte, tanto na redação original do Projeto, quanto na redação aprovada pela Comissão:

"A parcela que cabe à União no adicional de que trata este artigo será destinada ao Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano (FNDU), de que trata a Lei nº de de de cabendo...." etc.

Sr. Presidente, ocorre pura e simplesmente que não existe lei alguma criando o Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano. O que existe é um projeto do Executivo propondo ao Congresso Nacional a criação, daquele Fundo, projeto; aliás, objeto de apreciação na da sessão matutina do Congresso Nacional, quando se discutiu e votou o Projeto nº 13/75.

Ora, só posteriormente à sanção deste Projeto, pelo Senhor Presidente da República e à publicação da lei é que o Fundo passará a existir e só então, igualmente, se poderá estabelecer um adicional de 12% sobre o mesmo.

Contudo, seria este apenas o defeito que impede a tramitação e a apreciação desta matéria? Não, Sr. Presidente, há outros defeitos seriíssimos. No art. 13 estabelece-se:

"Fica instituído na Taxa Rodoviária Única, devida anualmente, por proprietários de carro de passeio, um adicional de até 0,5% sobre o valor venal fixado para aquele veículo..."

A primeira indagação: quem fixará esse adicional, que pode ser até de meio por cento? O que diz o texto é que fica instituído um adicional na Taxa Rodoviária Única.

Este adicional não poderia recair sobre o valor venal do veículo. Isso é um verdadeiro absurdo! Porque não se estaria criando um adicional sobre determinado tributo, mas um percentual sobre o valor venal de um bem, o que importaria em nova taxação — só permitida através do ICM — e isso seria bitributação.

Dai a inconstitucionalidade manifesta do artigo. O adicional teria de ser necessariamente criado pelo Governo que, por sinal, está instituindo adicionais e fundos de toda ordem. Deveremos ter, daqui para frente, um dicionário para decifrar as siglas — neste Projeto existem três.

Registrava o nobre Deputado Francisco Rocha, em voto em separado proferido na Comissão, que o adicional de meio por cento sobre um veículo popular, um "Fusca" 1300, no valor de Cr\$ 34.000,00, importa num adicional de Cr\$ 1.700,00, que anualmente seria pago por todos os usuários, além da Taxa Rodoviária, o que é um absurdo total. Além disso, Sr. Presidente, o art. 14 do texto aprovado pela Comissão diz o seguinte:

"Fica criado, como subconta do Fundo Nacional de Desenvolvimento dos Transportes Urbanos..."

E vem o § 1º "Integrarão o FDTU:

- a) "75% da parte da União não adicional a IULCLG."

Não adicional, evidentemente é um adicional. A negativa aqui não pode ser considerada simples erro de impressão, porque uma coisa é criar um adicional e outra coisa é dizer que uma determinada taxa não é adicional ao imposto. Aqui está escrito 75% não adicional.

O projeto também apresenta deficiências que a Comissão não corrigiu relativamente à definição do que seja transporte metropolitano e transporte municipal.

Sr. Presidente, a questão de ordem tem esse fundamento. A matéria não pode ser discutida nos termos do parecer da Comissão e da publicação pelos seus erros evidentes.

Desta sorte levamos à consideração de V. Exª a questão, para evitar que se cometa mais esse clamoroso erro na votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — A questão de ordem levantada pelo nobre Líder Laerte Vieira compõe-se de duas partes distintas. Uma sobre erros materiais verificados no avulso, na parte relativa ao § 1º, do art. 12, e na expressão "não adicional", do Art. 14, do mesmo projeto, letra "a". Nesta última parte, no avulso que está em meu poder não há a palavra "não", e sim "no adicional".

A outra parte, S. Exª se demorou propriamente no mérito do projeto, achando que a tributação é excessiva e injusta. Esta parte do mérito não me compete apreciar, mas exclusivamente a formal ou a que contenha erro material, que é evidente.

Realmente, não poderíamos aprovar um projeto que faz referência a uma lei que não está indicada nem mesmo

indiretamente. E como a Presidência deseja que os trabalhos do Congresso Nacional tenham realmente não só no aspecto da sua essência, mas no seu aspecto material uma contextura que a deixe acima de qualquer suspeição ou contradição, reconhece procedente a questão de ordem na parte formal. Em consequência, retira a matéria da Ordem do Dia (**Palmas.**), fazendo-a retornar à Comissão para que examine estritamente os aspectos da questão de ordem levantada.

O Sr. Laerte Vieira — Sr. Presidente, apenas mais uma modesta colaboração: no § 1º, do art. 12 há uma remissão ao art. 13 da lei, quando deveria ser o art. 14. É outro erro que pode ser corrigido.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Muito obrigado. Tem a palavra o nobre Líder da Maioria.

O Sr. Airon Rios (ARENA — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Maioria, na oportunidade azada, não pôde expressar seu pensamento em face da colocação regimental, mas o faz agora, se V. Exª me permite, talvez à revelia regimental, porque, na verdade, ia perfilhar-se ao pensamento da Minoria, tendo em vista as evidentes incorreções do avulso.

Parabenizo V. Exª pela decisão.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — O pronunciamento de V. Exª será consignado em ata.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 20 minutos.)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Emendas Constitucionais

**nº 1, de 1969,
nº 2, de 1972, e
nº 3, de 1972.**

(formato bolso)

136 páginas

Preço: Cr\$ 6,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR.

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)

Histórico da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971

**"Lei Orgânica dos Partidos Políticos",
e de todas as Leis que a alteraram**

Edição: julho de 1974

2 tomos (956 páginas)

Preço: Cr\$ 70,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR.

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

CÓDIGO PENAL

QUADRO COMPARATIVO

**O NOVO CÓDIGO PENAL
(DECRETO-LEI Nº 1004/69, COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 6016/73)
COMPARADO AO CÓDIGO PENAL DE 1940**

Notas

**Alterações do Código Penal de 1940
Legislação correlata
Texto original do Decreto-lei nº 1.004/69**

**Exposição de Motivos do Código Penal de 1940
Exposição de Motivos do Código Penal de 1969
Exposição de Motivos do Projeto que deu origem à Lei nº 6.016/73**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

PREÇO: CR\$ 25,00

**Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de Reembolso Postal.**

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

QUADRO COMPARATIVO ANOTADO

**O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 5.869/73,
COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 5.925/73) COMPARADO AO
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANTERIOR (DECRETO-
LEI Nº 1.608/39 COM REDAÇÃO ATUALIZADA).**

2 VOLUMES

1º VOLUME:

**QUADRO COMPARATIVO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COM DIS-
POSITIVOS DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR;**

2º VOLUME:

NOTAS (de nºs 1 a 835) CONTENDO:

- **LEGISLAÇÃO CORRELATA;**
- **JURISPRUDÊNCIA;**
- **DOCTRINA;**
- **EMENDAS APROVADAS PELO CONGRESSO NACIONAL;**
- **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E PALESTRA DO PROF. ALFREDO BUZAID;**
- **LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA; E**
- **REMISSÕES.**

**NOTAS (de nºs 1-A a 95-A) documentam a redação original de dispositivos do Có-
digo, Lei nº 5.869/73, alterados pela Lei nº 5.925/73.**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

PREÇO: Cr\$ 70,00

**Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — Brasília — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de Reembolso Postal.**

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)

- Lei Orgânica dos Partidos Políticos (e suas alterações);
- Código Eleitoral (e suas alterações);
- Sublegendas;
- Inelegibilidades (Leis Complementares nºs 5/70 e 18/74);
- Colégio Eleitoral (Presidente da República e Governadores);
- Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral;
- Resolução do Tribunal de Contas da União
(prestação de contas dos Partidos Políticos);
- Lei do transporte gratuito em dias de eleição
(Lei nº 6.091, de 15-8-1974);
- As últimas instruções do TSE
(voto no Distrito Federal; justificação dos eleitores que não votarem).

Edição — Setembro de 1974

340 páginas

Preço: Cr\$ 20,00

A VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR.

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

REFORMA ADMINISTRATIVA

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)
DECRETO-LEI Nº 200/67 — redação atualizada

- Legislação citada
- Legislação alteradora
- Legislação correlata

Edição — setembro de 1974

420 páginas

Preço: Cr\$ 25,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — Brasília — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Legislação Atualizada

Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807/60) com redação atualizada.

Comparação com os textos anteriores. Notas explicativas e remissivas.

Jurisprudência administrativa.

Criação do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Regulamento da Previdência Social.

Regimento do INPS.

Edição: agosto de 1974 — 318 páginas.

PREÇO: Cr\$ 20,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR.

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 7-9-70

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 15,00

**TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS —
SENADO FEDERAL**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50